



ADVOGADOS

AO PREGOEIRO/COMISSÃO DE LICITAÇÕES DO MUNICÍPIO DE BORDA DA MATA

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 040/2025

AMENA CLIMATIZAÇÃO LTDA, pessoa jurídica de direito privado, inscrito no CNPJ nº 46.368.367/0001-63, sediada na Avenida Oitocentos, S/N, Terminal Intermodal da Serra, CEP 29161-414, Serra (ES), por seu sócio administrador e advogados devidamente constituídos, vem perante Vossa Senhoria, apresentar **IMPUGNAÇÃO AO EDITAL**, conforme abaixo transcritos os fatos e fundamentos.

1. DOS FATOS

Após análise ao instrumento editalício, constatou-se alguns vícios nas especificações dos produtos, que frustram a ampla concorrência e impossibilitam a própria Administração de encontrar a proposta mais vantajosa, conforme será exposto a seguir.

1.1. DA NECESSIDADE DE AJUSTE NA ESPECIFICAÇÃO TÉCNICA DO PRODUTO – EXCLUSÃO DA ESPECIFICAÇÃO “AUTOLIMPANTE” OU MODIFICAÇÃO PARA “LIMPA FÁCIL”.

Entre o período em que houve a elaboração do termo de referência do edital e o lançamento da licitação é possível que o mercado se modifique com a entrada de novos produtos e a descontinuação de outros. Devido a isso, não é incomum que haja a inclusão de uma especificação técnica no edital que nenhuma marca/modelo no mundo atenderia a integralidade.

Esta situação ocorreu no **item 18** desta licitação, visto que a descrição exige que o item possua forno “autolimpante”. No entanto, a expressão “autolimpante” revelou-se tecnicamente inadequada e até mesmo enganosa, já que os modelos não mais são fabricados com essa funcionalidade.

Isso porque, na prática, o que ocorria era uma reação química no revestimento do forno, desenvolvido para dificultar a aderência de gordura e resíduos, que não oferecia 100% de eficácia. Além disso, esse mecanismo não representava uma limpeza automática, como o termo sugeria, e sua eficiência diminuía com o tempo de uso. Como



ADVOGADOS

resultado, o consumidor ainda precisava realizar a limpeza manual, contrariando as expectativas geradas pela nomenclatura.

Diante dessas limitações, surgiu uma alternativa mais eficaz e condizente com a realidade de uso: o forno **LIMPA FÁCIL (Easy Clean)**. Esse modelo conta com um revestimento interno liso e esmaltado, especialmente projetado para facilitar a remoção de sujeiras com muito mais rapidez e praticidade. Ao contrário da tecnologia anterior, o forno Limpa Fácil não depende de reações químicas, tampouco promete uma autolimpeza, mas sim uma higienização simplificada, que realmente reduz o esforço necessário após o uso.

Essa modernização marcou uma mudança significativa no mercado de eletrodomésticos. Com o tempo, os modelos com tecnologia autolimpante foram gradualmente descontinuados, dando lugar ao forno Limpa Fácil, que hoje equipa praticamente todas as marcas de fogões disponíveis no mercado, como Clarice, Esmaltec, Consul, Brastemp, Electrolux, Braslar, entre outras.

Tal alegação, pode ser comprovada através das declarações disponibilizadas pelas próprias fabricantes, veja-se:

Clarice: https://arquivos.sandieoliveira.adv.br/appapi/anexos_caso/306788/1747167086



Forno limpa fácil

O revestimento do forno limpa fácil é liso evitando que a gordura grude na superfície, facilitando a remoção. Isso faz com que a limpeza seja mais rápida e prática, poupando esforços na hora da higienização após o uso. Como é feito o processo de preparo desse forno, o metal é esmaltado através de uma queima em forno em uma temperatura superior a 800cº isso garante que a ficção do esmalte seja extremamente resistente ao uso doméstico. O modelo Limpa Fácil, chegou ao mercado para substituir a linha autolimpante que aos poucos esta sendo extinguida. Hoje a maioria dos fogões já estão saindo com a tecnologia de fornos easy clean o popular limpa fácil.

Esmaltec: https://arquivos.sandieoliveira.adv.br/appapi/anexos_caso/306788/1747167061



ADVOGADOS

AUTOLIMPANTE X LIMPA FÁCIL

Esmaltec
ELETRODOMESTICOS

SAI AUTOLIMPANTE



ENTRA LIMPA FÁCIL



A partir do lançamento da nova linha de fogões Ideal, o esmalte considerado Autolimpante deixará de existir, atendendo às demandas dos nossos consumidores baseados em pesquisas. Com o passar do tempo, o esmalte autolimpante perdia eficiência e gerava acúmulo de gorduras, alterando o sabor de outras receitas que eram assadas posteriormente.

O esmalte Limpa Fácil propicia um acabamento liso com alta redução de porosidade o que facilita a limpeza do forno após cada utilização do forno.

Conclui-se que, a popularização da tecnologia Easy Clean representa um avanço real em termos de usabilidade e atendimento às expectativas do consumidor moderno, que busca soluções mais práticas e eficientes para o dia a dia. Sendo assim é evidente que a Administração deve tomar medidas para possibilitar a competição neste item, suprimindo algumas especificações técnicas.

O **Tribunal de Contas da União** entende ser legal a previsão destas expressões no edital:

Permite-se menção a marca de referência no edital, como forma ou parâmetro de qualidade para facilitar a descrição do objeto, caso em que se deve necessariamente acrescentar expressões do tipo "ou equivalente", "ou similar", "ou de melhor qualidade", podendo a Administração exigir que a empresa participante do certame demonstre desempenho, qualidade e produtividade compatíveis com a marca de referência mencionada. (Acórdão 808/2019-Plenário | Relator: WALTON ALENCAR RODRIGUES)

Permite-se menção a marca de referência no edital, como forma ou parâmetro de qualidade para facilitar a descrição do objeto, caso em que se deve necessariamente acrescentar expressões do tipo "ou equivalente", "ou similar", "ou de melhor qualidade", podendo a Administração exigir que a empresa participante do certame demonstre desempenho, qualidade e produtividade compatíveis com a marca de referência mencionada. (Acórdão 113/2016-Plenário | Relator: BRUNO DANTAS)

Pelo exposto, requer-se que a Administração altere as especificações do edital para possibilitar a competição no certame. Caso não haja alteração, cabe a Administração afirmar que só aceitará produto que atenda 100% todas as especificações técnicas previstas, e que desclassificará as propostas que assim não fizerem, atitude esta que fatalmente levará ao fracasso da licitação.



ADVOGADOS

1.2.DA NECESSIDADE DE AJUSTE NA ESPECIFICAÇÃO TÉCNICA DO PRODUTO


O descritivo do **item 6** está elencado desta maneira no instrumento convocatório:

BEBEDOURO DE ÁGUA DE COLUNA – GALÃO: Refrigerado por compressor branco K10 água gelada e Natural, possui gabinete de aço pintado nas laterais e frente em PSAI, com tampa e base injetados, controle manual de temperatura. CFC Free, gás R 134^a, seu reservatório é feito em material polietileno atóxico, serpentina externa, não fica em contato com a água. não enferruja, conta ainda com alça de transporte para facilitar o manuseio, capacidade mínima de armazenamento 3 Litros, comporta galões de 10 ou 20 litros, principais características do bebedouro K30, controle de temperatura, pingadeira removível, gabinete sem emendas, torneiras em plástico de alta resistência e qualidade, potência mínima (W): 120, Frequência mínima mercado nacional (Hz): 60, eficiência mínima energética (KW/L): 0,099, **bivolt**. (Grifou-se)

Ao buscar no mercado produto compatível para ofertar, constatou-se a inexecutabilidade da especificação “bivolt” no caso de bebedouros refrigerados por compressor. Isso porque, ao contrário de equipamentos eletrônicos comuns, que utilizam fontes automáticas ou chaveadas, os compressores são fabricados com bobinas específicas para operar em apenas uma tensão (127V ou 220V), sendo tecnicamente inviável que funcionem de forma bivolt. Tal fato pode ser verificado em simples pesquisa junto aos fabricantes do mercado:

Bebedouro de Água Libell Master – Branco

Início » Bebedouro de Água Libell Master – Branco



Bebedouro de Água Libell Master – Branco

A tradição da qualidade Libell. O Bebedouro Master CGA foi o primeiro produto a ser fabricado pela Libell e trouxe ao mercado a inovação e a modernidade que o consumidor queria. Seu sistema de refrigeração por compressor gela a água de 4 a 15°C, variação essa que pode ser regulada pelo termostato localizado na parte lateral do bebedouro.

Código do produto: 127V-50010005 / 220V-50010004

Faça uma cotação

Link: <https://libell.com.br/bebedouro-de-agua-libell-master-branco/>



ADVOGADOS

Linha de Bebedouros - Max



Max

Perfeito para sua empresa. Feito em aço inox para durar o quanto for necessário!

Manuais:

[Manual de uso](#)[Ficha Técnica](#)[Higienização](#)[Comprar produto](#)[Peças para Reposição](#)[Tire suas dúvidas](#)[Dúvidas sobre Utilização](#)

O que você precisa saber sobre este produto!

- ✓ Equipado com compressor
- ✓ 1.6 L/h Fornecimento de água gelada
- ✓ 6.2 kWh/mês Baixo consumo de energia
- ✓ Termostato com 7 níveis ajustáveis
- ✓ Ideal para residência, comércio, escritório e consultórios
- ✓ Fornece água gelada e natural
- ✓ Disponível nas cores branco, preto e inox escovado 127 e 220 V

Link: <https://newup.com.br/max/>

Inclusive, o próprio modelo K30, da marca Karina, citado como referência no edital, **não atende à exigência de ser bivolt**, conforme catálogo técnico disponível do fabricante, sendo ofertado apenas em 110V ou 220V:

LINHA DIAMANTE

Modelo K30



Garantia 1 ANO

100% QUALIDADE

- Fornece água gelada e natural;
- Gabinete em aço inoxidável;
- Tampa e base injetados;
- Controle manual de temperatura;
- Reservatório em material polietileno atóxico;
- Alça de transporte para facilitar o manuseio;
- Capacidade de armazenar 3 litros.

Dimensões	
Sem Embalagem	Com Embalagem
Altura 1015 mm	Altura 1015 mm

Eficiência Energética		
Tensão Nominal(V)	127	220
Grado de Proteção	IPX0	IPX0
Amperagem(A)	1.5	1.1



ADVOGADOS

Dessa forma, resta evidente que a especificação editalícia, na forma como está redigida, descreve um produto inexistente no mercado. Assim, **requer-se a alteração do edital, para que seja definido se o equipamento deve ser ofertado em 127V ou 220V**, de acordo com a rede elétrica do órgão, sob pena de se manter exigência inexecutável que inviabiliza a participação dos licitantes e prejudica a obtenção da melhor proposta para a Administração.

É imperioso que o agente da licitação quando da elaboração do edital, se certifique de que o produto requisitado seja compatível com as demandas que a Administração busca realizar, mas, principalmente, que ele seja comercializado no mercado, o que não se vislumbra neste caso.

A inclusão de especificações técnicas em editais que resultem na inexistência de produtos disponíveis no mercado configura violação aos princípios basilares que regem as licitações públicas. Tal prática, além de frustrar o procedimento licitatório, implica desperdício de recursos públicos, comprometendo a eficiência, a competitividade e a economicidade do certame.

Não há dúvidas de que a empresa está sendo diligente ao requisitar a devida modificação da especificação do item, para que seja possível a formulação de proposta condizente com a realidade, não gerando posterior transtorno após efetivação de contratação, por exemplo, onde a empresa teria que requisitar o cancelamento e rescisão do empenho, frente a impossibilidade de entrega de um produto inexistente.

Além disso, a frustração da licitação por ausência de produtos compatíveis com o edital também compromete o princípio da vinculação ao instrumento convocatório, uma vez que a Administração não pode contratar bens que não atendam às especificações anunciadas, nem alterar o edital de forma arbitrária após a abertura do certame. Assim, a repetição de licitações frustradas ou a necessidade de revisões constantes do edital amplificam o desperdício de recursos e atrasam a prestação do serviço público, em prejuízo à coletividade.

Portanto, a exigência de um produto com características inexistentes no mercado fere os princípios da competitividade, economicidade, eficiência e vinculação ao edital, resultando em desperdício de recursos públicos e na ineficácia do processo licitatório.

Desta forma, é imperioso que haja a revisão do edital com base em pesquisa de mercado atualizada, ajustando as especificações para garantir a participação de fornecedores e a consecução do objeto, em observância ao interesse público e à legislação vigente.

Caso não haja alteração, cabe a Administração afirmar que só aceitará produto que atenda 100% todas as especificações técnicas previstas, e que



ADVOGADOS

desclassificará as propostas que assim não fizerem, atitude esta que fatalmente levará ao fracasso da licitação.

2. DA NECESSIDADE DE JULGAMENTO DO MÉRITO DA IMPUGNAÇÃO MESMO QUE SEJA CONSIDERADA INTEMPESTIVA

Caso a presente impugnação seja considerada intempestiva seu mérito ainda deve ser julgado, veja-se o entendimento da doutrina especializada:

Quando não partir de ofício da própria Administração, a constatação do vício de legalidade poderá ser motivada mediante provocação de terceiros, não necessariamente participantes do processo licitatório. Ademais, por se tratar de questão de ordem pública, a provocação da análise do vício de legalidade por qualquer cidadão não está sujeita a preclusão. Desse modo, quanto ao vício de legalidade, a Administração deverá, ao menos, apreciar eventuais alegações advindas de cidadãos ou licitantes independentemente do prazo, seja na oportunidade da impugnação, seja durante a realização do certame. Frise-se: qualquer alegação de vício de legalidade relativo ao ato convocatório ou mesmo aos atos praticados durante a licitação deverá ser apreciada pela Administração, ainda que formulada por cidadão que não seja licitante. Assim, mesmo que seja intempestiva a impugnação, a comissão de licitação ou o pregoeiro devem avaliar se a peça apresenta algum apontamento de ilegalidade nas disposições do edital.

Com efeito, em termos processuais, diante da inexistência de preclusão da alegação da matéria, o mais adequado é que o pregoeiro aprecie a impugnação, não a conhecendo por ausência do pressuposto da tempestividade, mas, em razão da autotutela da Administração, analisar de ofício o mérito concernente à eventual ilicitude nas exigências editalícias. (grifou-se) (Amorim, Victor Aguiar Jardim de), Licitações e contratos administrativos: teoria e jurisprudência / Victor Aguiar Jardim de Amorim. – Brasília: Senado Federal, Coordenação de Edições Técnicas, 2017 pgs.89 e 90)

Desta forma, caso a Administração entenda que a impugnação é intempestiva, deverá não a conhecer e mesmo assim julgar o mérito.

3. DOS PEDIDOS

Por todo o exposto, requer-se:

1) O recebimento da presente impugnação, julgando-a procedente, para que sejam promovidas as seguintes alterações no instrumento convocatório:

- a) Substituição da especificação “autolimpante” pela expressão “limpa fácil”, adequando-se ao que efetivamente é praticável e existente no mercado.



ADVOGADOS

b) Ajuste da exigência de “bivolt” para a definição da tensão elétrica compatível com as instalações do órgão, isto é, 127V ou 220V, considerando a realidade técnica dos produtos disponíveis.

2) Que seja comunicado o julgamento obrigatoriamente pelos e-mails, bruna.oliveira@sandieoliveira.adv.br e producao@sandieoliveira.adv.br, sob pena de nulidade.

Nestes termos, pede deferimento.

Serra (ES), 3 de setembro de 2025.

Bruna Oliveira
OAB/SC 42.633